



Senado deve decidir hoje questão do voto aberto

Autor de três destaques, Romero Jucá afirmou ontem que, apesar de não haver consenso no mérito da proposta, existe a expectativa de que o texto vá à votação

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com o voto secreto no âmbito do Poder Legislativo, poderá ser votada em segundo turno na sessão de hoje do Senado.

A expectativa de votação foi anunciada ontem por Romero Jucá. O senador reconheceu que ainda não há consenso sobre os

três destaques apresentados por ele, entre os quais o que mantém o voto secreto para votação de vetos presidenciais. Jucá refutou as notícias de acordo para manutenção do segredo nas eleições de membros das Mesas da Câmara e do Senado. Em pronunciamentos, Ana Amélia e Rodrigo Rollemberg defenderam o voto aberto. **3**



Gerardo Moga/Agência Senado

Ao lado de Paim, Luiza Bairros afirma que a igualdade é base do desenvolvimento

Violência contra negros ainda é gritante, diz ministra

Audiência ontem na CDH apontou a violência contra jovens negros como uma “sombra” aos avanços

nas políticas de promoção da igualdade racial. Ministra Luiza pediu enfoque estratégico para o tema. **6**

Jimmy Christian/Agência Senado



Debate com Varella (E) e Tundisi fez parte de agenda de discussões da CI, presidida pelo senador Fernando Collor (C)

Falta de saneamento atrasa o país

O alerta foi feito na Comissão de Infraestrutura pelo presidente do Instituto Internacional de Ecologia, José Galizia Tundisi. O diretor da Agência Nacional de Águas

Paulo Lopes Varella Neto lembrou que o país ainda apresenta grande desigualdade entre as regiões na oferta de água e no tratamento de esgoto. **5**

especial
Cidadania

Especialistas reuniram diversas bases estatísticas, como a da Secretaria do Tesouro Nacional e a do IBGE

Portal Dados Federativos aumenta transparência

Banco de dados socioeconômicos organizado pelo Senado será lançado amanhã. Internautas poderão ter acesso a informações como gastos, arrecadação e legislação dos estados. **8**

Vai à votação atualização do Código do Consumidor **2**

Plano Plurianual pode sofrer alterações em comissão **4**

Desmilitarização das polícias é tema de novo debate **7**

Companhias aéreas explicam preços das passagens **2**

Plano Nacional de Educação volta hoje à pauta **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012

Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

Criação e Marketing

Regulação do comércio virtual deve ser votada hoje

Colegiado analisou propostas oriundas de comissão de juristas especialmente criada para modernizar legislação de defesa do consumidor. Inclusão do comércio eletrônico é uma das maiores novidades

O RELATÓRIO FINAL de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a respeito das mudanças no Código de Defesa do Consumidor deve ser votado hoje na comissão temporária que analisou os três projetos de lei para atualização da legislação (Lei 8.078/1990).

As propostas (PLSs 281, 282 e 283 de 2012), assinadas pelo então presidente do Senado, José Sarney, foram apresentadas aos parlamentares em março, na forma de anteprojeto, pela comissão de juristas criada especialmente para a tarefa e que foi presidida pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Do total de 106 emendas apresentadas, 20 foram acatadas pelo relator.

Projetos

O PLS 281/2012, que regulamenta as compras pela internet, recebeu 31 emendas, 15 das quais foram acolhidas pelo relator. O projeto cria uma nova seção no Código do Consumidor para tratar de comércio eletrônico. As novas regras tratam da divulgação



Ferraço lembra que código vai trazer segurança ao comércio eletrônico

dos dados do fornecedor, da proibição de spams, do direito de arrependimento da compra, ampliado de sete para 14 dias, e das penas para práticas abusivas contra o consumidor.

Já para o PLS 282/2012, que disciplina as ações coletivas, foram oferecidas 33 emendas. Dez delas foram incorporadas ao substitutivo apresentado por Ferraço. A proposta assegura agilidade do andamento na Justiça e prioridade para o julgamento, além de garantir eficácia nacional para a decisão dos casos, quando tiverem alcance em todo o território brasileiro.

O terceiro projeto (PLS 283/2012), que trata do crédito ao consumidor e previne o superendividamento, recebeu 42 emendas, das quais 20 foram acatadas. Entre as medidas propostas no texto, estão a proibição de publicidade com referência a expressões como "crédito gratuito", "sem juros", "sem acréscimo"; a exigência de informações claras e completas sobre o serviço ou produto oferecido; a criação da figura do assédio de consumo, quando há pressão para que o consumidor contrate o crédito; e a criação da conciliação, para estimular a renegociação das dívidas dos consumidores.

Ferraço lembrou, em discurso, que o objetivo é adequar o código às mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros e aos avanços da tecnologia. Por isso, explicou, a regulamentação do comércio eletrônico é uma das novidades no texto em análise. Segundo o senador, o setor movimentará R\$ 22 bilhões ao ano e envolve 40 milhões de brasileiros que, ao menos uma vez, fizeram compras pela internet.

Venda de aeroportos foi "mau sucesso", diz Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o leilão dos aeroportos não foi tão bem-sucedido como afirma o governo. O senador chamou a atenção para o fato de que o governo não disse, por exemplo, que o ágio de R\$ 20,8 bilhões só vai entrar nos cofres da União em 25 ou 30 anos.

O parlamentar acrescentou que o grupo que ficou com o Galeão, liderado pela construtora Odebrecht, foi beneficiado pelas regras do leilão, vai contar com financiamento a juros baixos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e vai pagar a União com o dinheiro das taxas de embarque e do aluguel dos espaços comerciais dos aeroportos.

— Quem vai pagar isso é o usuário. É um mau sucesso. Mas, acima de tudo, é uma mistificação. A União



Para Requião, Odebrecht foi favorecida no leilão

não vai ganhar nada com isso. A União vai doar os aeroportos do Brasil, assim como já fez com o petróleo de Libra, como pretende fazer com os próximos leilões de petróleo, como fez com os portos, como está fazendo com o pedágio das estradas — protestou Requião.

Ele ainda afirmou que o leilão foi, na verdade, uma "ação entre amigos", porque o empresário "passa a ser dono do shopping" e vai se ressarcir do que tem que pagar, obtendo lucro com as taxas de embarque e os aluguéis.

Aloysio Nunes cobra mais segurança em ferrovia

O acidente com um trem de carga em São José do Rio Preto (SP), no domingo, que deixou ao menos oito mortos, além de feridos, foi "uma tragédia anunciada", afirmou ontem Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O senador lamentou a tragédia, ocorrida na cidade natal dele. O trem, que levava milho, descarrilou e atingiu casas próximas à ferrovia. Segundo Aloysio, há tempos a população temia um acidente grave, porque a ferrovia não é bem cuidada: faltam obras de segurança e o tráfego de vagões é muito intenso.

O parlamentar pediu à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado (CMA) uma audiência para debater o acidente com as autoridades do setor, incluindo o ministro



Acidente foi "tragédia anunciada", diz Aloysio

dos Transportes, César Borges; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Bastos; o presidente da ALL, concessionária responsável pela ferrovia, Alexandre Santoro; e o prefeito de São José do Rio Preto, Valdomiro Lopes da Silva.

O senador afirmou que os problemas na ferrovia já haviam motivado ações do Ministério Público.

— É preciso providências mais do que urgentes por parte do governo, por parte da ANTT, por parte da concessionária — disse.

Senadores querem explicação sobre preço de passagens aéreas

Senadores, diretores de companhias aéreas e representantes do governo debatem hoje, em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, o aumento excessivo no preço de passagens aéreas em alguns períodos do ano, principalmente na alta temporada de férias.

A audiência pública foi proposta por Cyro Miranda (PSDB-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e

Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente da CAE.

Entre os convidados para o debate, estão o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany; o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Flavio Dino; diretores da TAM, da Gol e da Azul; e o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Voto aberto

14h Votação, em segundo turno, da PEC 43/2013, que estabelece o voto aberto.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O presidente do Senado, Renan Calheiros, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMA Recomposição da reserva legal

8h30 Na pauta, projeto que permite o plantio de espécies frutíferas e ornamentais na recomposição da reserva legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em propriedade familiar.

CI Emendas ao PLOA

9h45 Reunião para discussão e votação das emendas da comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2014, a serem apresentadas na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

CAE Tarifas aéreas

10h Avalia projeto que estipula prazo de 24 horas para a apresentação do preso à autoridade judicial após prisão em flagrante. Às 11h30, audiência sobre o aumento excessivo das tarifas aéreas, com a presença do diretor-presidente da Anac, entre outros. Às 15h, discussão e votação de emendas ao PLOA.

CÓDIGO DO CONSUMIDOR Votação

10h Comissão temporária deve votar relatório final sobre as mudanças no Código de Defesa do Consumidor.

OUVIDORIA Participação popular

10h Videoconferência sobre o papel das ouvidorias na ampliação da participação popular, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis.

CE Plano Nacional de Educação

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que institui o Plano Nacional de Educação e proposta que institui a residência pedagógica para os professores da educação básica.

CDH Lei Orçamentária Anual

12h Discussão e votação das emendas da Comissão de Direitos Humanos ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2014, a serem apresentadas na Comissão de Orçamento.

CCI Mediação e arbitragem

14h30 A Comissão de Constituição e Justiça analisa propostas sobre mediação e arbitragem. Também vota mensagem com indicação de Haman Tabosa de Moraes e Córdova para recondução ao cargo de defensor público-geral da União.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Debate

14h30 A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça faz audiência pública para ouvir membros da Comissão Nacional da Verdade, que apura violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988.

CMO Crédito extraordinário

14h30 Em votação na Comissão Mista de Orçamento, medida provisória que abre crédito extraordinário para o Ministério de Minas e Energia no valor de R\$ 60 milhões.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; e, às 11h, reunião da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Autor de três destaques, Romero Jucá afirmou que, embora não haja consenso sobre o mérito da proposta, líderes partidários concordam que haja votação em segundo turno

Senado decidirá sobre PEC do Voto Aberto hoje, diz Jucá

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) afirmou ontem que há acordo entre as lideranças dos diversos partidos para a votação em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com o voto secreto no âmbito do Poder Legislativo. Apesar de não haver consenso acerca do mérito da proposta, existe a expectativa de que o texto vá à votação.

— Já se chegou a uma posição que, com a presença de muitos ou poucos parlamentares, não se pode mais adiar essa matéria e, portanto, o Senado cumprirá o seu papel e vai votar nesta terça-feira — disse Jucá à Agência Senado.

Destaques

Jucá apresentou três destaques, que são pedidos para que trechos do texto original da proposta sejam votados separadamente. O senador

defende a manutenção do voto secreto em alguns casos, como o dos vetos presidenciais e da indicação de autoridades. Segundo ele, “para proteger a posição do parlamentar perante pressões do governo e daqueles que vão ser indicados”.

— Defendemos o voto aberto para a cassação de mandatos e também para todo tipo de matéria legislativa, votações de projetos, emendas constitucionais. Tudo isso é feito de forma aberta, portanto não há nenhum tipo de escamoteamento da condição de votação de cada parlamentar — afirmou.

Batalha

O senador reconheceu não haver acordo sobre os destaques e refutou notícia publicada pela imprensa sobre uma possível articulação para suprimir do texto final da proposta o fim da eleição em

segredo para integrantes das Mesas do Senado e da Câmara. O parlamentar afirmou que não há esse tipo de dispositivo para a Mesa, separadamente.

— O que nós estamos discutindo é o voto aberto para qualquer tipo de autoridade, não só do governo federal, mas também para vereadores e assembleias legislativas. Então é um processo muito mais amplo, por isso é que se tem que ter cuidado nessa votação — advertiu Jucá.

Questionado sobre uma possível batalha regimental na sessão de hoje, o senador acredita que cada parlamentar já tem posição e espera um placar apertado.

— Qualquer escore que seja, será um escore apertado. Com muito argumento, como faz parte da política, mas o Senado tem maturidade para conduzir esse processo — concluiu.

Ana Amélia espera que o Senado aprove a medida esta semana

O Senado precisa dar a palavra final sobre o voto aberto em todo o Legislativo, alertou ontem Ana Amélia (PP-RS), que diz esperar que a Casa con-



essencial ao amadurecimento de nossa democracia e à melhor fiscalização dos parlamentares pelos eleitores.

— É exatamente com o voto aberto

que permitiremos até a grupos anônimos, às redes sociais e aos manifestantes vestidos de preto e com máscaras, os chamados *black blocs*, argumentos palpáveis e mais claros para fundamentar manifestações ou insatisfações que possam surgir em relação às atuações públicas — disse.

Na opinião da parlamentar, o voto aberto é uma forma de o Congresso Nacional cumprir o compromisso assumido com a população de garantir mais transparência à atividade política. A mudança, avalia a senadora, é

Para Rodrigo Rollemberg, decisão sobre fim do voto secreto será muito difícil

Uma votação muito difícil. É o que espera Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sobre a decisão em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com todas as hipóteses de voto secreto no Poder Legislativo, prevista para hoje.

No início do mês, ele convocou a população a pressionar os senadores para aprovarem integralmente a proposta.

Defensor do voto aberto amplo, o parlamentar entende que desta vez o PSB não terá o mesmo apoio que obteve dos tucanos em primeiro turno, quando a PEC

foi aprovada com 54 votos favoráveis, 10 contrários e 1 abstenção.

— Pelas informações que eu tive, o PSDB fechou questão em torno do voto secreto para apreciação dos vetos presidenciais e isso certamente vai dificultar muito a aprovação do voto aberto em todas as modalidades — disse Rollemberg.

O parlamentar considera que, desta vez, terá que enfrentar uma batalha maior para derrubar os destaques. “Se forem aprovados os requerimentos de destaque, dificulta muito mais a situação”.



Jucá (5º à esq.) crê que votação em segundo turno irá acontecer, “com a presença de muitos ou poucos parlamentares”

José Sarney destaca o legado democrático de John Kennedy

José Sarney (PMDB-AP) lembrou ontem os 50 anos do assassinato do ex-presidente norte-americano John Kennedy, em 22 de novembro de 1963.

— Kennedy influenciou profundamente a minha geração, a nossa geração, e jamais, da minha memória, desapareceu aquela tarde indelével em que, deputado federal, aqui na Câmara, recebíamos, com grande impacto, a notícia do seu assassinato em Dallas. Foi uma comoção, porque realmente Kennedy conseguiu imprimir em todo o mundo uma chama de esperança sobre o futuro da humanidade — afirmou o senador.

Ele ressaltou o papel de Kennedy na defesa da igualdade social e racial e dos direitos dos trabalhadores e das pessoas com deficiência, no combate à pobreza, no lançamento do programa espacial e na instituição do Peace Corps, “uma espécie de Projeto Rondon, com

que ele motivou a juventude universitária a participar de ações voluntárias para ajudar os países mais pobres”.

‘Chama’

Sarney acrescentou que John Kennedy “é considerado, nos Estados Unidos, como o maior presidente que já teve aquele país”.

— É uma coisa que chama a atenção porque ele deixou muito mais por fazer, os seus planos não foram construídos.

E ele deixou muito mais a chama da esperança do que ele podia realizar do que realmente o que ele tinha podido realizar. Mas esse espírito foi justamente o que construiu a sua imagem ao longo do tempo — comentou.

O senador citou artigo recente do jornal *The New York Times* segundo o qual já foram publicadas cerca de 40 mil obras sobre John Kennedy, comentando que “para nós, que damos muito pouca

importância ao passado, é um número quase inacreditável, mas, mesmo num país apaixonado por livros e por figuras públicas como são os Estados Unidos, esse número é espantoso”.

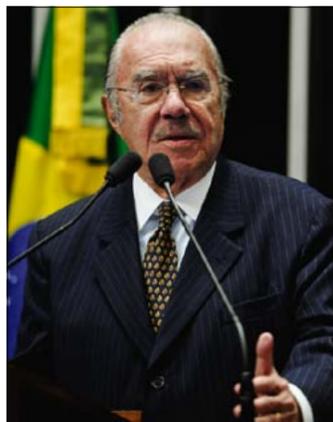
A admiração pelo ex-presidente americano, prosseguiu, se dá a despeito da passagem dele pelo poder em pleno período da Guerra Fria, quando os Estados Unidos buscavam o confronto “com todo lugar onde existisse o comunismo”.

Mesmo observando que por vezes os interesses dos EUA e do Brasil se chocaram, inclusive durante o tempo em que ele próprio ocupou a Presidência da República, Sarney enfatizou que Kennedy contribuiu para a difusão dos “ideais de liberdade, espalhando pelo mundo inteiro a ideologia, quase a mitologia, da democracia”:

— Ao falar aqui dos Estados Unidos, eu devo fazer uma grande justiça a esse país, que se transformou num país líder do mundo inteiro, com a força que ele teve. Calculem se um país como os Estados Unidos tivesse, com a força que eles têm no mundo, a visão de dominar o mundo que teve Hitler, da Alemanha, ou que teve o fascismo do Mussolini ou que teve Stalin, na União Soviética. Não, ao contrário, foi um país que difundiu e que procura difundir no mundo inteiro os ideais de liberdade e de democracia.



O presidente John Kennedy fala em defesa dos direitos civis, no que foi um dos seus maiores legados, afirma Sarney





Deputados e senadores poderão apresentar até R\$ 14,68 milhões em emendas individuais, dos quais R\$ 7,34 milhões deverão ir para ações e serviços de saúde

Comissão de Orçamento vota mudanças no PPA e ajuda à Bolívia

Colegiado fará apenas uma reunião esta semana para dar tempo aos parlamentares de elaborarem as emendas ao Orçamento 2014

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) faz reunião hoje para votar duas propostas. A primeira (PLN 13/2013) altera o Plano Plurianual 2012–2015 (PPA — Lei 12.593/2012) em diversos itens, no que poderá ser a primeira grande alteração desde que foi adotado o novo sistema.

O plano plurianual atual está estruturado em programas temáticos e de gestão, objetivos, iniciativas e metas, em vez da estrutura de programas e ações anterior, também usada nas outras duas leis orçamentárias: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto a ser votado altera 34 dos 64 programas temáticos que norteiam as ações governamentais por um período de quatro anos. Foram excluídos 26 objetivos, incluídos 5 e alterados 32. Com relação às iniciativas, 47 foram excluídas, 28 incluídas e 30 alteradas.

Já para as metas, houve 102 alteradas, 64 inclusões e 83 exclusões.

Bolívia

A segunda matéria na pauta é a Medida Provisória (MP) 625/2013, que autoriza a liberação de R\$ 60 milhões do Orçamento para atender o Ministério de Minas e Energia. O recurso será usado para contratar, sem licitação, uma empresa estatal para prestar serviços de recuperação e transporte de equipamentos de geração de energia elétrica que estão em desuso. Os equipamentos serão cedidos à Bolívia em um programa de cooperação energética entre os dois países.

Segundo o Executivo, o governo boliviano solicitou ajuda ao brasileiro para enfrentar o déficit energético do país,

que enfrenta racionamento de eletricidade. Os equipamentos serão retirados da Usina Termelétrica Rio Madeira, localizada em Rondônia, cujo maquinário estaria sem utilização.

Excepcionalmente, a comissão fará apenas essa reunião semanal, ao invés das três usuais, porque parlamentares estão dedicando-se à elaboração de emendas à Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA — PLN 9/2013) para 2014.

Até quinta-feira, deputados e senadores poderão apresentar até R\$ 14,68 milhões em emendas individuais ao Orçamento de 2014, sendo R\$ 7,34 milhões necessariamente para ações e serviços públicos de saúde, executados pelo Ministério da Saúde. Aí estão incluídas despesas de custeio, como

pagamento de água e luz, e excluídos o pagamento de pessoal e os encargos sociais, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O cálculo já leva em conta a nova redação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo, que torna as emendas parlamentares individuais de execução obrigatória. A PEC foi aprovada em segundo turno no Senado no dia 12 e voltou a ser analisada pela Câmara.

Os parlamentares podem apresentar também emendas coletivas, de bancadas estaduais ou de comissões permanentes. Na fase de apresentação dos dez relatórios setoriais do Orçamento, as bancadas estaduais poderão apresentar emendas no valor de R\$ 1,94 bilhão. Depois, os relatores setoriais terão R\$ 4,26 bilhões para atender demandas das comissões permanentes.

(Da Agência Câmara)

União quer recuperar e doar ao país vizinho equipamentos de geração de energia

Capiberibe aponta corrupção na Funasa

João Capiberibe (PSB-AP) comentou reportagens da revista *Época* e do Portal Brasil 247 que apontam desvios de mais de R\$ 45 milhões em convênios firmados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Amapá com as Prefeituras de Oiapoque e Laranjal do Jari.

De acordo com o parlamentar, na Operação Citrus, deflagrada pela Polícia Federal na sexta-feira, foi preso o superintendente da Funasa no estado, José Roberto Galvão, e outros envolvidos — ligados, segundo as reportagens, ao ex-senador Gilvam Borges e ao senador José Sarney (PMDB-AP). Na avaliação de Capiberibe, casos como

esse contribuem para aumentar o descrédito dos políticos junto à população, sobretudo diante da lentidão da Justiça em condenar envolvidos nesse tipo de crime.



José Cruz/Agência Senado

Figueiró quer fim da cobrança de inativos

Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu a proposta de emenda à Constituição (PEC 555/2006) que acaba com a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. A PEC está na Câmara desde 2006 e o senador argumenta que a medida acaba com uma contribuição que em nada ajuda a reduzir o déficit da Previdência que o governo diz existir. Ele citou dados de 2012 da Associação Nacional dos Auditores Fiscais para mostrar que o rombo não decorre do valor dos benefícios, mas de outros motivos.

— No ano passado, por exemplo, o governo abriu mão de R\$ 24 bilhões da Previdência em renúncias fiscais e de outros R\$ 58 bilhões para aplicação das regras da desvinculação de receitas da União, a DRU — afirmou o parlamentar.



Lia de Paula/Agência Senado

Para Mozarildo, órgãos federais lesam Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que órgãos do governo federal estão inviabilizando o estado de Roraima. No município de Caroebe, os moradores sofrem com a falta de manutenção da rodovia BR-210, o que dificulta o escoamento da produção agropecuária.

E o pior, segundo denunciou o parlamentar, é que a Funai e o Inbra proibem que os produtores plantem em terras que ocupam há mais de 40 anos.

— Não consigo entender como é que houve até estímulo, tanto do governo do estado como do próprio Inbra, à época, para que esses moradores, muitos vindos de outros estados, pudessem se instalar ali e produzir. Então é uma coisa que realmente fere o bom senso.



Lia de Paula/Agência Senado

Plano Nacional de Educação volta hoje à pauta de votação

A Comissão de Educação (CE) volta hoje a apreciar o Plano Nacional de Educação (PNE). O relatório, de Alvaro Dias (PSDB-PR), chegou a ser lido parcialmente no dia 19 e foi elogiado pelos senadores, mas a votação foi adiada por pedido de vista coletiva.

Novas emendas, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), deverão ser analisadas por Alvaro.

O texto em votação retoma alguns pontos da proposta original, suprimidos durante a análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), como prazos para a elaboração de planos educacionais e a previsão de que metade das novas vagas seja criada na educação profissional.

Alvaro ainda aceitou proposta de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) estabelecendo que 50% dos bônus de assinatura dos contratos de partilha para a produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal sejam destinados ao ensino.



Pedro Franco/Agência Senado

Relator do plano, Alvaro vai analisar emendas de três senadores

Lei estimula trabalho na fronteira, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) destacou ontem, em Plenário, a importância da lei que concede gratificação aos servidores públicos que atuam em área de fronteira. Para o senador, a lei é estímulo para fixar profissionais de setores estratégicos nessas áreas. Jucá fez um apelo à Casa Civil da Presidência, que está regulamentando a lei, para que a gratificação seja estendida aos servidores que trabalham em cidades em até 150 quilômetros da fronteira.

O senador também saudou a comemoração, ontem, do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. Ele cumprimentou o governo federal pelos resultados positivos na defesa da mulher, mas alertou que ainda resta muito a ser feito.

— É preciso permanentemente bater nessa tecla, formar os jovens, formar as crianças, lutar em todas as frentes, coibir na luta, punir aqueles que exercem a violência, para que efetivamente nós tenhamos cada vez mais um Brasil sem violência contra a mulher — disse.

Desigualdade na distribuição de água no país também foi apontada por especialistas, em audiência, como empecilho ao desenvolvimento social e econômico do Brasil

Falta de esgoto tratado atrapalha crescimento

O BAIXO ÍNDICE de tratamento de esgoto foi apontado ontem, na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado, como um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O tema "Saneamento básico: principais gargalos e soluções" foi debatido como parte do ciclo Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país, série de debates, seminários e palestras proposta pelo presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL).

O diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Lopes Varella Neto, traçou um panorama da realidade hídrica brasileira. Ele lembrou que o Brasil é o país com mais água doce disponível no planeta, cerca de 13% do total, porém com grande desigualdade na distribuição.

Ele informou que 80% da água no país está concentrada na Amazônia, que tem apenas 5% da população brasileira. Enquanto isso, na Região Hidrográfica do Atlântico Leste, que abrange grande parte dos municípios de Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, 0,4% das águas do país precisam atender 8% da população nacional.

O diretor da ANA citou dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 que mostraram 90,88% da população brasileira atendida por rede de



Collor (C) preside audiência pública na Comissão de Infraestrutura com Paulo Lopes Varella Neto e José Galizia Tundisi

abastecimento de água, mas apenas 61,76% dos brasileiros atendidos por rede coletora de esgoto. Comparado com o Censo de 2000, houve aumento de cerca de 8% da cobertura de rede.

Entre 2000 e 2008, o percentual de esgoto tratado em relação ao coletado aumentou 10%. Todavia, ainda há acentuadas diferenças entre as regiões, com índices de tratamento de 78,4% em São Paulo e de 1,4% no Maranhão, destacou.

Qualidade

O diretor da ANA disse que 6% da água no Brasil é considerada de ótima qualidade; 76%, de boa qualidade; 11%, regular; 6%, ruim; e 1%, péssima.

Para ele, os dados mostram que as bacias que conseguiram mais melhorias na qualidade

foram as que mais receberam investimentos em coleta e tratamento de esgoto.

Ainda de acordo com Varella, houve aumento de 29% no total de água retirada dos rios para consumo humano ou comercial entre 2006 e 2010. Ele informou que a irrigação foi responsável por 72% do consumo de água em 2010, ficando o uso por animais em 11%; o uso urbano, em 9%; o industrial, com 7%; e o uso rural humano, com 1%.

O setor industrial também é um dos maiores consumidores, com destaque para as indústrias de celulose e metalurgia básica. Mas a maior demandante é mesmo a agricultura, acrescentou o diretor, para quem o constante aumento da área irrigada é um grande desafio para a gestão de recursos hídricos no país.

Atualmente, assinalou, a área irrigada no Brasil é de 5,8 milhões de hectares, mas com potencial para chegar a 30 milhões de hectares nas próximas décadas.

Poluição

Um dos principais problemas da água no Brasil é a poluição, segundo Varella, que informou serem lançadas 5.500 toneladas de carga orgânica diariamente nas águas no país. De acordo com ele, são necessários mais de R\$ 22 bilhões para solucionar problemas de fornecimento de água em 55% dos municípios brasileiros até 2025. Outros R\$ 48 bilhões serão precisos para a proteção sanitária dos mananciais.

O presidente do Instituto Internacional de Ecologia, de São Carlos (SP), José Galizia

Tundisi, afirmou que o Brasil ainda precisa entender que o fornecimento de água de qualidade e a universalização do saneamento básico são imprescindíveis para que o país alcance o patamar de país desenvolvido.

Segundo pesquisas, disse o especialista, os países mais desenvolvidos e que apresentam os maiores PIBs são justamente aqueles com mecanismos e sistemas mais eficazes de acesso à água, em quantidade e qualidade.

Ele informou que 5 mil crianças morrem diariamente em todo o mundo por diarreia causada, na grande maioria dos casos, pelo consumo de água de baixa qualidade.

O debatedor sugeriu que as autoridades promovam grandes e duradouras campanhas de educação e conscientização sobre saneamento básico.

Além disso, Tundisi pediu mais investimentos na preservação dos mananciais em áreas rurais, remuneração por serviços ambientais voltada para o agricultor que proteja esses mananciais e capacitação de mão de obra especializada em saneamento.

Fernando Collor concordou que a falta de mão de obra qualificada vem impedindo um avanço mais significativo do saneamento no Brasil. Ele agradeceu à população que vem participando dos debates da CI por meio dos canais do Alô Senado.

Risco de colapso em açude será tema de debate

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) debaterá amanhã a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em Campina Grande (PB).

A longa seca comprometeu o abastecimento de água em João Pessoa e mais 19 municípios do Compartimento da Borborema, deixando mais de 1 milhão de paraibanos, que dependem do reservatório, temerosos de um colapso. A audiência foi requerida por Cícero Lucena (PSDB-PB).



Cícero aponta risco de esgotamento do Boqueirão

Projeto que libera a cana na Amazônia tem emenda

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) analisa amanhã, às 14h, projeto que autoriza o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, sendo permitido o cultivo em áreas já desmatadas de floresta e em todas as situações no Cerrado e nos campos gerais.

O objetivo da proposta (PLS 626/2011), explica o autor, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é ampliar as áreas de cultivo de cana, para estimular a produção de etanol e possibilitar o atendimento de crescentes demandas pelo combustível.

O relator na CCT, senador Ivo Cassol (PP-RO), manifestou apoio à proposta, por considerar a implantação da cultura nas áreas desmatadas e de campos gerais e de



Flexa quer a produção de etanol combustível aumentada Cerrado da Amazônia estratégica para a Região Norte.

O projeto já foi aprovado pelas Comissões de Agricultura (CRA), Desenvolvimento Regional (CDR) e de Meio Ambiente (CMA) e tramitava em Plenário, onde recebeu uma emenda e requerimento para exame na CCT e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Após o exame pela CCT, a proposta segue para a CAE e depois volta à CRA, à CDR e à CMA, para exame da emenda de Plenário.

Propostas incentivam proteção ambiental

Está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA) projeto que permite deduzir do Imposto de Renda o gasto com reflorestamento em áreas protegidas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012). Também pode ser votada proposta que prevê o uso de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para recuperar terras degradadas.

O primeiro projeto (PLS 8/2011), de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será votado na forma de substitutivo. O relator, senador Ivo Cassol (PP-RO), especificou que o montante anual da dedução não poderá exceder 20% do Imposto de Renda devido.

A outra proposta (PLS 606/2007) determina



Em relatório, Cassol limita dedução a 20% do IR

o uso de recursos do FNMA para recuperar terras degradadas e assim ampliar as áreas agricultáveis nas propriedades rurais.

O autor do projeto, o ex-senador Valter Pereira, argumentou que existem nas propriedades parcelas antes exploradas que hoje estão abandonadas por estarem degradadas. Com o projeto, ele quer possibilitar que essas terras voltem a ser produtivas, reduzindo assim a pressão sobre novas áreas ainda florestadas.

Raupp comemora aprovação da Anater pelo Senado

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a aprovação, pelo Senado, do projeto de lei do Executivo que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

Ele disse que, diferentemente do que sugere o nome, a Anater não é uma agência reguladora. Trata-se de um serviço social autônomo, nos moldes de instituições do Sistema S, e que vai garantir o acesso do pequeno agricultor a métodos e técnicas agrícolas inovadoras.



Raupp diz que agência dará acesso a ciência e tecnologia

Jovens negros ainda pagam com a vida o custo da desigualdade racial

Constatação foi feita ontem em audiência pública na CDH que avaliou as conquistas da população negra, a exemplo das políticas afirmativas

UM ADOLESCENTE NEGRO, de 15 anos, chamou a atenção para a questão da violência contra os jovens negros no país, em manifestação durante audiência pública realizada ontem no Senado. Kiluanji Graciano Inocêncio contou que, toda vez que sai de casa, os pais sempre lhe indagam se está levando a carteira de identidade. Ele disse que não dava importância a esse “detalhe”, mas os pais insistiam lembrando que um jovem como ele sem documentos seria alvo mais fácil para policiais acostumados com estereótipos.

— Custo a acreditar nas razões que me levam a ter mais chance de ser assassinado que um jovem branco — comentou, durante audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) com o objetivo de comemorar os 25 anos da Fundação Cultural Palmares e os 10 anos da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Estatísticas mais recentes citadas no debate justificam os temores da família de Kiluanji. De acordo com o *Mapa da Violência 2013*, de cada dez jovens assassinados, oito são negros. O fato de fazer parte dessa população significa pertencer a um grupo de risco em termos de violência, inclusive de assassinatos resultantes de abordagens policiais.

Kiluanji disse que a violência é uma preocupação que afeta a maioria dos jovens negros do país. Pessoalmente, ele afirmou que convive com sentimentos “contraditórios”: o entusiasmo com os primeiros efeitos das ações afirmativas no país e o abatimento diante da violência que alcança jovens afrodescendentes. Disse ainda que chegou a considerar se não seriam as políticas



José Hilton Cobra, Luiza Bairos, Paulo Paim, Marta Suplicy, Rosane da Silva Borges e Carlos Moura na audiência

afirmativas o motivo de tanta violência.

— Não que eu desconheça o racismo. O que me incomoda é o fato de ele ser tão eficiente — salientou o jovem.

Diante dos fatos, ele afirmou que não resta outra alternativa para os jovens negros senão procurar se fortalecer. Nesse sentido, conforme avaliou, o apoio nos valores da cultura negra deve servir como fonte de orgulho e de identidade na

busca de enfrentamento do “terrível momento”.

Instalação de CPI

Paulo Paim (PT-RS), que propôs a audiência e coordenou as atividades, registrou que a Casa está para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a violência contra os jovens negros. O senador comentou que Lídice da Mata (PSB-BA), proponente da CPI, deverá

escolher que cargo que ocupará na comissão, provavelmente a presidência. Nesse caso, ele será o relator.

Mais adiante, Luiza Bairos, a titular da Seppir, reconheceu progressos ocorridos em decorrência das ações afirmativas e de políticas sociais como o Bolsa Família, que atendem majoritariamente famílias afrodescendentes. Porém, afirmou que as conquistas ainda estão “sombreadas” por diversos problemas, entre os quais a alta taxa de assassinatos de jovens negros.

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, disse que as ações afirmativas são as mais eficazes na promoção da igualdade racial. De acordo com ela, agora é preciso lutar para que as ações sejam ampliadas e efetivamente implementadas.

Marta destacou ações culturais que contribuem para o mesmo objetivo, como o Vale Cultura. Vinculada à pasta da Cultura, a Fundação Palmares deverá iniciar no próximo ano a implantação do Museu do Negro, a ser instalado em Brasília, conforme informou a ministra da Cultura.

Na opinião do presidente da Fundação Palmares, Hilton Cobra, a dimensão racial precisa ainda ser mais bem incorporada na definição das políticas culturais. Ele falou dos “espartilhos legais” e das limitações orçamentárias que impedem uma atuação mais destacada.

Para ministra, igualdade racial é condição para desenvolvimento

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairos, disse na audiência de ontem que o país não pode repetir experiências históricas de exclusão social e econômica da população negra. Para ela, a promoção da igualdade racial precisa ser urgentemente encarada como parte do contexto mais amplo das grandes questões que desafiam o país em termos de desenvolvimento.

— Ou fazemos isso agora ou não teremos mais tempo. O país não pode pagar o preço de deixar mais da metade de sua população de fora do desenvolvimento — afirmou.

Como observou a ministra, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) confirma que mais

da metade da população é composta por afrodescendentes. Os dados também demonstram que essa maioria ainda está submetida a piores condições de vida que os demais brasileiros — a seu ver, uma situação “totalmente balizada por aquilo que o racismo cria em termos de desvantagem”.

Para ela, os investimentos necessários representam igualmente a “última oportunidade” de inserção da população negra em condições vantajosas na sociedade que se “desenha para o futuro”. Nesse sentido, seriam também “cruciais” as atuais políticas afirmativas, entre as quais a política de cotas nas universidades e a previsão de adotá-la para os concursos públicos federais.

Senadores ouvem integrantes da Comissão da Verdade

Seis integrantes da Comissão Nacional da Verdade falarão hoje, às 14h30, em audiência pública na Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, que funciona na Comissão de Direitos Humanos (CDH), sobre o andamento dos trabalhos realizados pelo grupo.

O pedido de audiência pública é de João Capiberibe (PSB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), respectivamente presidente e vice-presidente da subcomissão.

Paulo Paim defende a retomada da audiodescrição na TV

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a retomada do estabelecimento da audiodescrição na televisão, prevista na Portaria 310/2006 do Ministério das Comunicações, beneficiando os mais de 16 milhões de brasileiros com deficiência visual. Audiodescrição consiste no relato das imagens, como o meio ambiente, a mudança de tempo e espaço e os créditos, por exemplo. Paim explicou que a portaria foi revogada, mas o Ministério Público obteve na Justiça decisão favorável à aplicação.

Em análise, projeto que obriga empresas a terem berçário

Um dos sete itens da pauta de votações da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de amanhã é o projeto de lei do Senado (PLS 236/2011) que obriga as empresas com pelo menos cem funcionários a manterem berçário ou creche para os filhos de até 5 anos dos empregados.

De autoria de Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), a proposta é analisada na forma do substitutivo apresentado pelo relator da proposta, Eduardo Suplicy (PT-SP).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Audiência pública amanhã continuará debate sobre novos arranjos na segurança pública, entre eles a desmilitarização das polícias, contida em proposta de emenda constitucional. Colegiado deve apontar soluções para o financiamento do setor no Brasil

PMs debaterão estrutura da polícia na Comissão Especial de Segurança

POLICIAIS MILITARES E representantes dos corpos de bombeiros de vários estados debaterão amanhã com os senadores da Comissão Especial de Segurança Pública a estrutura da polícia. Na última quarta-feira, os policiais civis cobraram mais autonomia orçamentária e administrativa para o setor e condenaram a falta de integração das polícias. Também receberam críticas a burocracia e o “bacharelismo” na estrutura policial. Na ocasião, o senador Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão, disse que a sociedade brasileira vê a segurança pública como “falida”.

Um novo desenho para a segurança pública é objetivo de uma das propostas de emendas à Constituição (PEC



Relator, Taques conversa com Vital, que preside a comissão temporária que discute soluções para a segurança no Brasil

51/2013) em análise pela comissão especial dedicada ao setor. Apresentada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ), a proposta prevê, entre outras medidas, a desmilitarização

das polícias. “A excessiva rigidez das polícias militares deve ser substituída por maior autonomia para o policial, acompanhada de maior controle social e transparência”, diz o senador na justificativa da matéria.

De acordo com o projeto, essa mudança deve vir junto com uma política de valorização dos profissionais, inclusive com o pagamento de salários melhores. Além disso, a PEC dá às cidades o direito de criar polícias municipais e designa a União como a encarregada de estabelecer as diretrizes gerais

da segurança pública.

Foram convidados para o debate de amanhã, entre outros, o presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares, Carlos Alberto dos Santos; o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Márcio Martins Sant’ana; o presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares (Anaspra), Pedro Queiroz; o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leôncio Sousa Ribeiro; e um representante do Ministério da Defesa.



A desmilitarização da polícia é um dos temas em debate no colegiado

Projeto estabelece garantias a preso em flagrante

No prazo de 24 horas após a prisão em flagrante, o preso deverá ser conduzido à presença de um juiz, para que seja verificado se estão sendo respeitados direitos fundamentais. A providência é prevista em projeto de lei do Senado (PLS 554/2011) que está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Nessa audiência, conforme a proposta, o juiz deverá tomar as medidas cabíveis para preservar os direitos do preso e apurar eventual violação. O projeto determina que a oitiva se dará na presença do

advogado do preso ou, se não houver, na de um defensor público. Também é obrigatória a presença de integrante do Ministério Público.

O autor do projeto, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), argumenta que o objetivo é colocar em prática disposições de dois importantes tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (da ONU) e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). A proposta conta com apoio do Conselho Nacional de Política Criminal e

Penitenciária (CNP/CP).

Após a deliberação da CAE, o projeto seguirá para decisão final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

BNDES

Além desse projeto, outros nove itens podem ser examinados pelos senadores durante a reunião, entre eles o projeto de resolução (PRS 11/2013) que requer o comparecimento do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) duas vezes por ano à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir

a execução e os fundamentos da política de financiamento da instituição.

As audiências regulares com o presidente do BNDES, na forma proposta, conforme o autor do projeto, José Agripino (DEM-RN), permitirão avaliar a dimensão setorial, regional, social e ambiental dos investimentos realizados com os financiamentos do banco, e formular, em tempo hábil, possíveis correções de rumos.

Após a deliberação da CAE, o texto deverá seguir para a Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno e para o Plenário do Senado.

Comissão analisa crime de terrorismo e direito de greve de servidor

A Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais se reúne amanhã para analisar o parecer parcial de Romero Jucá (PMDB-RR) relativo a duas minutas de projetos de lei que regulamentam o crime de terrorismo.

No relatório, o senador observa que o crime de terrorismo, mesmo sendo tratado pela Constituição federal como “inafiançável e insuscetível de graça”, ainda não foi regulamentado e que mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) não tem definição clara quanto ao tipo penal.

De acordo com o parlamentar, a necessidade da tipificação legal do terrorismo é urgente, sobretudo em razão da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, eventos a serem realizados no Brasil.

A comissão examinará também relatório parcial de Jucá sobre a regulamentação do direito de greve do servidor público. Ele havia informado que foi procurado por seis centrais sindicais, que pleiteiam mudanças em processos correlatos, como acordos coletivos e liberação de dirigentes sindicais.

Teto

Na quarta-feira, a comissão aprovou relatório de Jucá sobre proposta que especifica as parcelas indenizatórias nos vencimentos dos servidores públicos e que, por esse motivo, não devem ser computadas no limite da remuneração de servidores e outros agentes públicos da Federação.

O relator acolheu projeto de autoria de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que considera parcelas indenizatórias, portanto fora do teto salarial, as que não se incorporam à remuneração nem geram acréscimo patrimonial para o servidor, e as que visam reembolsar os agentes públicos por despesas efetuadas no exercício das atividades.

Rolleberg cobra mais investimentos no Senado

A falta de investimentos pode fragilizar o Senado e dificultar o exercício das funções, alertou Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). Apesar de reconhecer o esforço do presidente da Casa, Renan Calheiros, para cortar gastos, o senador disse ser preciso “olhar para além dos números”. Ele citou a quantidade de servidores

comissionados como um dos principais problemas.

— Os servidores de carreira constituem hoje apenas um terço dos profissionais que aqui atuam. Em 5 anos, os efetivos serão apenas 25% do total. O argumento de que um quadro permanente é mais caro não pode ser usado para cortar os quadros de carreira, recrutados

sob as bases da impessoalidade e da competência.

Ele defendeu a nomeação de candidatos aprovados no concurso de 2012, cuja validade acaba em julho de 2014, e disse que a racionalização dos recursos não pode estrangular quadros profissionais permanentes.

Rolleberg também cobrou

investimentos no Prodasen, na Biblioteca e no Arquivo.

— Há obsolescência de equipamentos. Projetos como a modernização do processo legislativo, o Siga Estados e o Portal da Transparência estão comprometidos.

O senador recebeu o apoio de Paulo Paim (PT-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Rolleberg afirma que é preciso “olhar para além dos números”

Nova ferramenta, alojada na página do Senado na internet, permitirá cruzamento de informações e análises sobre a eficácia das políticas públicas e dos gastos estaduais

Portal federativo vai ajudar no controle social

SE O CIDADÃO quiser conhecer e acompanhar informações sobre as finanças e os gastos com o funcionamento do seu estado, por exemplo, terá que vasculhar dois enormes relatórios que são enviados periodicamente ao governo federal. Embora as informações sejam públicas, dificilmente ele conseguirá identificá-las e analisá-las, a menos que seja um especialista no tema.

Com o Portal Dados Federativos, que será lançado amanhã, o Senado dará uma grande contribuição para a transparência desses dados. Construído de modo bastante amigável e intuitivo, o sistema reúne, em um mesmo local, dados que hoje estão dispersos em várias bases, como a da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Alojado na página do Senado e com chamada no menu principal, o portal permitirá análises históricas e comparativas dos dados. O internauta poderá verificar, por exemplo, de modo bem simplificado e com interface agradável, se determinado estado está cumprindo os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os gastos com pessoal e nas contratações de operações de crédito. “Há cerca de 250 consultas prontas e disponíveis no portal”, informa Daniella Guirelli, analista do Núcleo de Supervisão Técnica da Consultoria de Orçamentos.

Mas, além delas, o usuário poderá construir a própria consulta dentro do sistema, cruzando informações. Apenas para ilustrar, ele poderá cruzar dados do IBGE sobre população e sociedade com gastos nas áreas de educação e de saúde. Isso viabilizará, segundo Fernando Veiga, um dos consultores de Orçamento responsáveis pelo projeto, análises sobre a eficiência e a eficácia das políticas públicas e dos gastos estaduais. No futuro, acrescenta, outras bases de dados poderão ser incorporadas ao portal, como as informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Essa importante ferramenta para avaliar a situação das receitas e das despesas estaduais foi concebida a partir de demandas dos senadores, para auxiliá-los nas discussões sobre o endividamento dos estados, uniformização de alíquotas do principal imposto estadual, o ICMS, fim da guerra fiscal e outros assuntos relacionados ao pacto federativo e à reforma tributária. Os pedidos ao então presidente da Casa, José Sarney, acabaram resultando na proposta, formalizada pelo presidente Renan Calheiros, para a criação de um banco de dados socioeconômicos sobre os estados.

Não foi uma tarefa fácil. Durante seis meses, uma comissão de oito funcionários das Consultorias Legislativa e de Orçamentos e do Prodasen dedicou parte do seu tempo a construir o portal. O primeiro desafio, lembra o consultor de Orçamento, Orlando Neto, presidente da comissão, foi criar critérios de seleção que pudessem atender as

Portal Dados Federativos

Início | Dados Socioeconômicos | Finanças Estaduais | Contas Nacionais e Regionais | Legislação Relacionada

O Portal reúne dados e informações de abrangência nacional e estadual que constituam interesse da Federação. Os dados e informações contemplam a legislação vigente, as relações financeiras entre os estados e a União e as características socioeconômicas gerais da sociedade e do governo em cada "unidade territorial". A denominação "unidade territorial" designa, por convenção adotada neste Portal, o país, a União, o Distrito Federal e qualquer região ou estado. As origens dos dados e das informações divulgadas são múltiplas. Incluem órgãos e entidades da administração pública, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos ministérios e do próprio Congresso Nacional, tanto quanto entidades privadas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Dados Socioeconômicos
Dados socioeconômicos por unidade da Federação: sexo, educação, trabalho e renda, fecundidade, idade, migração, domicílios, anos de estudo e cor ou raça.

Finanças Estaduais
Dados e informações gerais a respeito da receita e da despesa, operações de crédito e dívida consolidada líquida, receita corrente líquida e despesas com pessoal e encargos sociais.

Contas Nacionais e Regionais
Contempla três atividades - agropecuária, indústria e serviços e nove subatividades, a exemplo da construção civil, da indústria de transformação e da extração.

Legislação Relacionada
Trata-se de seleção de normas diretamente relacionadas à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil como o conjunto formado pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A legislação abrange temas de vários ramos do Direito, como finanças públicas, administração, atividade econômica e marcos regulatórios (formato do arquivo para download: planilha).

necessidades dos parlamentares e de usuários potenciais, como instituições de ensino, entidades de pesquisa, mídia e cidadãos interessados nesse controle social.

O passo seguinte foi detectar em que bases estariam essas informações e criar ferramentas úteis e amigáveis para o manuseio desses dados, usando a mesma plataforma do Siga Brasil, com uma arquitetura de página simplificada, pouca intrusão visual e ícones autoexplicativos. Há, inclusive, um guia rápido para orientar a navegação nas diversas consultas do portal. A maior dificuldade foi a homologação dos dados. “Foi feita quase uma auditoria para checagem de dados e correção. Estipulou-se uma codificação à semelhança do que existe para a área orçamentária”, lembra Veiga.

Esse trabalho foi fundamental para definir a série histórica utilizada. Portanto, o usuário não deverá estranhar que as informações do IBGE estejam disponíveis a partir de 2001, enquanto as dos dois relatórios da STN (o que resume a execução orçamentária dos estados, chamado pelos especialistas de RREO, e o que apresenta o demonstrativo da despesa com pessoal, o RGF) se iniciam somente a partir de 2007.

Além da avaliação criteriosa dos dados e da incorporação de novas bases, outra meta do portal é possibilitar cada vez mais a interligação das informações, conforme o consultor legislativo Paulo Springer, que também integra a comissão. “O objetivo é poder verificar se o gasto da saúde está sendo eficaz para reduzir a mortalidade infantil”, exemplifica.

Aprenda a navegar na base de dados, que possibilita acesso às finanças dos estados

Com acesso fácil, o internauta poderá encontrar a evolução, desde 2007, do que foi previsto e efetivamente arrecadado de ICMS em cada uma das cinco regiões do país e em cada um dos 26 estados da Federação, além do Distrito Federal. Basta clicar em “Finanças Estaduais”, uma das quatro seções destacadas no Portal Dados Federativos. Em seguida, localizar em “Receita Orçamentária” — um dos cinco itens do menu — o link “Receitas Tributárias”.

O internauta encontrará sete opções de consulta, duas delas específicas sobre o ICMS, uma com os dados agrupados por região e outra por unidade da Federação. O próximo passo é selecionar a informação desejada. Por exemplo, o que se quer saber é a evolução do ICMS em São Paulo (estado que mais arrecada), localizado na segunda tela da consulta. Considerado o segundo maior orçamento do país, só atrás da União, São Paulo arrecadou R\$ 61,5 bilhões em 2007, saltando para R\$ 105,2 bilhões no ano passado. Esses dados estarão alinhados em uma única tela.

Se ainda assim encontrar dificuldade para navegar, o internauta poderá acessar o link “Guia Rápido” no topo da consulta. O guia apresenta explicações para auxiliar o usuário até para trocar as telas. Ele também terá de duas a três opções oferecidas na parte de baixo da página. No caso

do ICMS, pode-se escolher entre a aba com os dados da receita corrente líquida prevista e a que apresenta os valores que foram efetivamente arrecadados.

Esse é apenas um exemplo de como é simples acessar as consultas prontas disponíveis no portal. O público poderá localizar de modo facilitado muitas informações obtidas das bases de dados da STN e do IBGE. Em algumas dessas consultas, há inclusive marcação colorida para facilitar a visualização dos estados que não estão cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além desses dados, há uma seção específica para auxiliar os internautas a localizar leis e decretos. Na seção “Legislação Relacionada”, o usuário encontrará links para acessar diretamente algumas das principais normas legais que tratam de assuntos federativos. O portal oferece também dados cuja fonte de informação é o próprio Senado. É o caso dos empréstimos externos às unidades da Federação que são analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Saiba mais

Portal Dados Federativos
<http://www12.senado.gov.br/federativo>

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania